



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 34558779/2024-GTED/SR/PF/AP

Processo nº 08361.001392/2024-12

LEGENDA

As **supressões** deverão ser ~~tachadas~~;

As **inclusões** deverão ser marcadas com a **cor laranja**;

As **adaptações/alterações/ajustes** deverão ser destacadas na **cor verde**; e

O mero **preenchimento das lacunas** deverão ser realizadas com letras na **cor azul**, todas feitas diretamente no texto.

As **justificativas** seguem transcritas em letras da **cor cinza** logo abaixo de cada item modificado.

Orientações contidas no roteiro para padronização dos procedimentos de planejamento da contratação CONJUR-MJSP/CGU/AGU.

Para a elaboração deste Termo de Referência foi utilizado o Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços de Engenharia - Pregão e Concorrência Lei 14.133, da Advocacia Geral da União, versão dezembro/2023.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **empresa de engenharia para execução de serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização na execução da obra da nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Equipe de Fiscalização de Obra	Mensal	Relatório	24	40.401,38	969.633,04

2	Apoio à Fiscalização para emissão de Parecer Técnico – Engenharia Elétrica	Por Demanda	Relatório	14	1.378,41	19.297,70
3	Serviços Topográficos – Verificação de locação de obra	Por Demanda	m² - Relatório	2391,08	1,17	2.802,99
4	Serviços Topográficos – Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.)	Por Demanda	Relatório	2	2.802,99	5.605,98
5	Acompanhamento Técnico - Engenharia Elétrica	Por Demanda	Relatório	10	13.784,07	137.840,72
6	Controle Tecnológico de Concreto C/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão	Por Demanda	und - Relatório	1236	140,45	173.596,64
7	Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque	Por Demanda	Und	48	269,73	12.946,84

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como especial, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 36 meses contados do(a) recebimento da Ordem de Serviço/Ordem de Início, podendo ser prorrogado na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de serviço de escopo predefinido.*

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da

contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Será feita a inclusão extemporânea do objeto da contratação no Plano de Contratações Anual 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. Trata-se de serviço técnico especializado, realizado em trabalho relativo à fiscalização, assessoramento, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, no qual os produtos entregues pela CONTRATADA serão em forma de documentos e relatórios.
- 3.3. Alguns dos serviços de fiscalização objetos deste processo licitatório serão executados de forma permanente e cotidiana, com regime de trabalho mensalista, enquanto outros serão prestados de forma eventual, sob demanda.
- 3.3.1. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço que seja solicitado de forma não recorrente pela CONTRATANTE, que, no momento da demanda, extrapole ou não a qualificação exigida dos profissionais da equipe permanente de execução dos serviços contínuos;
- 3.3.2. O Serviço Eventual será realizado sob demanda da CONTRATANTE, solicitado pelo GESTÃO DO CONTRATO ou pela FISCALIZAÇÃO;
- 3.3.3. Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços eventuais;
- 3.3.4. Não é permitido, sob nenhuma hipótese, a realização ou cobrança de serviço eventual envolvendo os profissionais citados sem o aval prévio ou solicitação expressa da FISCALIZAÇÃO;
- 3.3.5. Os profissionais atuarão exclusivamente por demanda da CONTRATANTE. Qualquer atuação que não tenha sido demandada expressamente não será considerada para efeitos de pagamento.
- 3.3.6. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a FISCALIZAÇÃO do contrato e a CONTRATADA. Tais prazos serão registrados nas OS – Ordem de Serviço e seus descumprimentos estarão sujeitos à aplicação de penalidades.
- 3.4. O serviço de gerenciamento, assessoramento, supervisão e fiscalização dos serviços deve observar o cumprimento das seguintes normas e práticas complementares: códigos, leis, decretos, portarias e normas federais e distritais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos; instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CONFEA; instruções e resoluções dos órgãos do sistema CAU/BR; normas técnicas da ABNT e do Inmetro.
- 3.5. O acompanhamento e fiscalização da execução deverão ocorrer durante toda a obra de construção da nova sede da DPF/OPE/AP, sempre acompanhados de relatórios: diários e mensais.
- 3.6. Os relatórios conterão informações relevantes para que a CONTRATANTE disponha sempre do máximo de informação possível para as tomadas de decisão e deverão trazer o conteúdo mínimo abaixo, entre outros listados no Caderno de Encargos e Modelos de Relatório disponibilizados pela CONTRATANTE, anexo a este Termo de Referência:
- 3.6.1. Diário de Obra:
- 3.6.1.1. Elementos identificadores da obra / data da emissão da Ordem de Serviço inicial da obra;

- 3.6.1.2. Condições do tempo (ex: tempo bom, se não houver chovido no dia; tempo chuvoso sem prejuízo aos trabalhos desenvolvidos; tempo chuvoso com necessidade de realocação das equipes para atividades não-impactadas pela chuva; tempo chuvoso sem condições de execução em nenhuma das frentes de trabalho abertas etc.);
- 3.6.1.3. Frentes de trabalho em que houve atividade no dia com a indicação nominal e respectiva função de todos os colaboradores (profissionais e ajudantes) da construtora fiscalizada que atuaram em cada frente;
- 3.6.1.4. Relação nominal da equipe administrativa da construtora fiscalizada, que está atuando na execução da obra de construção, contendo a função de cada colaborador administrativo;
- 3.6.1.5. Descrição dos nomes, potências e quantidades de equipamentos (elétricos, a gasolina, a ar comprimido etc.) empregados durante o dia de trabalho;
- 3.6.1.6. Serviços subcontratados, indicando o nome do fornecedor, o serviço desenvolvido e o número de empregados deste fornecedor que atuaram na obra neste dia;
- 3.6.1.7. Relato de fatos e/ou eventos relevantes;
- 3.6.1.8. Problemas identificados ou prevenidos pela CONTRATADA durante a execução da obra, com as respectivas alternativas de solução, se for o caso;
- 3.6.1.9. Relato de atrasos na execução dos serviços com a indicação dos motivos de atraso (situação adversa, falta de pessoal, falta de material, falta de equipamentos e ferramentas, baixa produtividade da mão de obra, incapacidade técnica ou operacional da equipe, outros fatores).

3.6.2. Relatório Mensal

- 3.6.2.1. Elementos identificadores da obra/ período de referência/ condições do tempo (gráfico simplificado com legenda) / todas as frentes de trabalho abertas no período, indicando se foram concluídas ou não;
- 3.6.2.2. Apresentar o percentual de execução no período de todas as frentes de trabalho que já estavam abertas em períodos anteriores;
- 3.6.2.3. Indicar o percentual de execução acumulada anterior e o percentual de execução no período;
- 3.6.2.4. Caso tenha sido elaborado e apresentado Boletim de Medição no mês de referência pela empresa responsável pela execução da obra, realizar análise e emitir um parecer prévio sobre esse;
- 3.6.2.5. Histograma de mão de obra;
- 3.6.2.6. Imagens da evolução do serviço mensal;
- 3.6.2.7. Informar os resultados e análise dos ensaios e testes realizados no período;
- 3.6.2.8. Informar sobre a entrega do As Built;
- 3.6.2.9. Apresentar indicadores de desempenho e de qualidade da obra;
- 3.6.2.10. Apresentar cronograma e histograma físico-financeiro;
- 3.6.2.11. Apresentar curva "S" físico-financeiro;
- 3.6.2.12. Apresentar plano de recuperação semanalmente, caso as atividades apresentem atraso;
- 3.6.2.13. Resumo de atrasos identificados;

3.6.3. Boletim de Medição Mensal: Apresentar a medição mensal de serviços executados pela Construtora.

- 3.6.3.1. Elementos identificadores da obra/ período de referência;
- 3.6.3.2. Planilha sintética de medição;
- 3.6.3.3. Memória de cálculo da medição aprovada; análise dos itens medidos;
- 3.6.3.4. Análise do andamento da obra, com o índice (tendência) de prazo da obra;
- 3.6.3.5. Aferição do Instrumento de Medição de Resultado;

- 3.6.3.6. Avaliação das ocorrências relevantes identificadas no período correspondente a medição.
- 3.6.4. Relatório de Acidente de Trabalho: Informar e acompanhar todas as medidas que a Construtora tomar (ou omissões) caso ocorra qualquer acidente de trabalho.
 - 3.6.4.1. Elementos identificadores da obra/ período de referência; data e hora do acidente;
 - 3.6.4.2. Consequência e fator de morbidade;
 - 3.6.4.3. Local do acidente, geral e específico com detalhamento; identificação do(s) acidentado(s);
 - 3.6.4.4. Descrição do acidente;
 - 3.6.4.5. Tipo de acidente, fonte do acidente, ato inseguro, condição insegura, natureza de lesão, local da lesão; identificação e avaliação preliminar de causas;
 - 3.6.4.6. Providências adotadas pela empresa executora da obra na data do acidente;
 - 3.6.4.7. Providências adotadas pela empresa executora da obra após a data do acidente até o momento da elaboração do relatório;
 - 3.6.4.8. Cópia da comunicação de acidente de trabalho preenchida pela empresa executora da obra

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.
 - 4.1.2. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;
 - 4.1.3. No tocante aos requisitos e critérios de práticas de sustentabilidade, a CONTRATADA ficará responsável pelo acompanhamento das obrigações das empresas contratadas para a execução das obras quanto ao recolhimento e encaminhamento dos resíduos, que deverão ser tratados de forma adequada, respeitada a legislação ambiental;
 - 4.1.4. Por se tratar de um serviço de natureza intelectual, no qual os produtos entregues pela CONTRATADA ao Conselho serão em forma de documentos e relatórios, que subsidiarão às decisões da Fiscalização, estes devem ser preferencialmente emitidos em meio digital.
 - 4.1.5. Os serviços, objeto da pretensa licitação, deverão ser executados com observância às melhores práticas no tocante à sustentabilidade, buscando garantir que a obra vise: o ganho de eficiência energética dos equipamentos instalados; a diminuição do desperdício de materiais e insumos utilizados; acompanhamento do atendimento dos requisitos ambientais necessários para a remoção e descarte dos resíduos oriundos da modernização; e demais aspectos de sustentabilidade ambiental aplicáveis.

~~Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)~~

- 4.2. ~~Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)~~

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)~~

- 4.3. ~~Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~a) ...~~

~~b)...~~

~~c)...~~

~~Da exigência de carta de solidariedade (Inciso IV do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.5.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra, que compõe um engenheiro civil sênior e um técnico de edificações.

4.5.2. A subcontratação fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.11. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (96) 3213-7643 / (96) 3213-7639.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. *Início da execução do objeto: logo após a emissão da Ordem de Serviço por parte da CONTRATANTE, preferencialmente em paralelo com o início da construção da nova sede da DPF/OPE/AP, devido à natureza das etapas estar técnica e cronologicamente vinculada à execução da obra;*
- 5.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho está apresentada no Caderno de Encargos, anexo a este Termo de Referência;
- 5.3. Os projetos de construção serão fornecidos pela CONTRATANTE em arquivos DWG, PDF e em modelagem BIM;
- 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo e também aquelas previstas no Caderno de Encargos, anexo a este Termo de Referência.
- 5.4.1. Para fins de acompanhamento de alguns serviços objetos desse processo licitatório, serão utilizados relatórios como marcos.
- 5.4.1.1. Relatórios programados vinculados a postos de trabalho com regime de trabalho mensalista.
- a) Trata-se de relatórios a serem elaborados por postos de trabalho de serviço contínuo e permanente, sob regime de trabalho mensalista;
- b) Relatórios referentes aos produtos Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra do Quadro do item 1.1 deste Termo de Referência;
- c) Estes relatórios serão emitidos mensalmente, em até 05 (cinco) dias após a prestação dos serviços do mês de referência.
- 5.4.1.2. Relatórios sob demanda
- a) Relatórios que serão demandados de forma eventual, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE;
- b) *Esses relatórios podem abarcar quaisquer dos serviços elencados nos produtos Acompanhamento Técnico - Engenharia Elétrica; Apoio à Fiscalização para emissão de Parecer Técnico – Engenharia Elétrica; Serviços Topográficos – Verificação de locação de obra; Serviços Topográficos – Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.); Controle Tecnológico de Concreto C/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão; e Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova DPF/OPE/AP do Quadro do item 1.1 deste Termo de Referência;*
- 5.4.1.3. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento é com base na ENTREGA DOS PRODUTOS (relatórios). As horas de trabalho são somente utilizadas na composição do preço, porque os profissionais deverão seguir a rotina de trabalho da construtora responsável pela execução da nova sede da DPF/OPE/AP.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.5. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: [Avenida Barão do Rio Branco, nº 500, CEP 68.980-000, em Oiapoque-AP.](#)
- 5.6. Os serviços objeto desta contratação serão executados, preferencialmente, em dias úteis, entre as 7h e às 17h, podendo ser adotada metodologia diversa, a depender da execução da obra a ser fiscalizada, desde que haja obediência às normas;
- 5.7. A equipe de profissionais deverá ficar alocada em sala disponibilizada no canteiro de obras da nova sede da DPF/OPE/AP.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.8. *Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias à boa execução do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. A demanda do órgão tem como base o disposto na Planilha Orçamentária e no Caderno de Encargos, em anexo, assim como no Quadro no item 1.1 deste Termo de Referência, e tem as seguintes características:

- 5.9.1. Conforme demonstrado nesses documentos, alguns postos de trabalho serão atendidos por profissionais que deverão atuar sob o regime de trabalho mensalista e outros, sob demanda;
- 5.9.2. Para os salários bases e para a prestação de serviços sob demanda, foram utilizadas as bases SINAPI e SEINFRA;
- 5.9.3. Para fins de dimensionamento de alguns serviços objetos desse processo licitatório, serão utilizados relatórios como marcos;
- 5.9.4. A licitante deverá considerar o fornecimento de EPIs (capacete, bota, protetor auricular, óculos de proteção e luvas para serviços elétricos) e de equipamentos necessários para a execução dos serviços descritos no Caderno de Encargos e neste Termo de Referência;
- 5.9.5. Será exigido o fornecimento de uniformes, devendo os funcionários serem devidamente identificados, cujo modelo deverá ser apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE;
- 5.9.6. No valor mensal estão inclusos todos os encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, conforme cada serviço;
- 5.9.7. Os pagamentos de salários, encargos sociais, insumos e demais componentes de custos deverão estar em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. O salário base a ser pago pela licitante vencedora não poderá ser inferior ao proposto de cada categoria profissional, estipulado em Lei, Resolução, Acordo, Convenção Coletiva, Dissídio Coletivo ou, na falta destes, de outro instrumento congênere legal.
- 5.10. Os serviços com frequência mensal (regime de trabalho mensalista) dispostos no Quadro inserido no item 1.1 deste Termo de Referência preveem postos de trabalho para realização dos serviços de fiscalização.
- 5.10.1. Para a Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra, estima-se a necessidade de 02 (dois) postos de trabalho, sendo 01 (um) Engenheiro Civil Sênior e 01 (um) Técnico em Edificações.
- 5.10.1.1. Os profissionais atuarão de forma permanente e contínua, com regime de trabalho mensalista, 08 horas por dia, durante toda a execução da obra de construção da nova sede da DPF/OPE/AP.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra	Relatório/Mês	1,000
1.1	Engenheiro civil sênior com encargos complementares	-	
1.2	Técnico em edificações com encargos complementares	-	

- 5.11. Os Serviços Eventuais somente serão realizados mediante a emissão de OS, na qual constará, entre outras informações, a descrição do serviço.
- 5.11.1. Os Serviços Eventuais que, a critério da CONTRATANTE, necessitem da atuação dos profissionais, engenheiro eletricista (Itens 02 e 05), e topógrafos (Itens 03 e 04) somente serão realizados mediante emissão de OS, sendo o pagamento de acordo com a entrega do Relatório.
- 5.11.2. Para o dimensionamento do Item 02 (Apoio à Fiscalização para emissão de parecer técnico –

Engenharia Elétrica), estimou-se, diante da necessidade, a prestação de serviço eventual durante até 8 horas, por profissional, para a elaboração de relatório conclusivo.

5.11.2.1. Vale ressaltar que essa solicitação pode ser efetuada até o 14º mês, uma vez que a partir do 15º mês, o Engenheiro Eletricista poderá ser incorporado à equipe de fiscalização por meio do Item 05.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
2	Apoio à Fiscalização para emissão de parecer técnico – Engenharia Elétrica	Relatório/Mês	1,000
2.1	Engenheiro Eletricista com encargos complementares	H	8,000

5.11.3. Para o Item Acompanhamento Técnico – Engenharia Elétrica, estima-se a necessidade de 01 (um) posto de trabalho, sendo 01 (um) Engenheiro Elétricista.

5.11.3.1. Os profissionais atuarão de forma permanente e contínua, ficando disponível diariamente por meio período, durante o mês de referência, quando for solicitado pela Contratante.

5.11.3.2. Prevê-se a atuação do Engenheiro Eletricista a partir do 15º mês de obra.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
5	Acompanhamento Técnico – Engenharia Elétrica	Relatório/Mês	1,000
5.1	Engenheiro Eletricista com encargos complementares	H	80,000

5.11.4. O dimensionamento do Item 03 (Serviços Topográficos - Verificação de locação da obra) foi feito estimando o tempo necessário para o Topógrafo realizar a fiscalização da locação de 2391,08 m².

5.11.4.1. Estima-se a necessidade de 80 horas para a realização do serviço e elaboração do(s) relatório(s) mensal (is);

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
3	Serviços topográficos - Verificação de locação da obra	Relatório/Mês	1,000
3.1	Topógrafo com encargos complementares	H	80,000

5.11.5. Para o dimensionamento do Item 04, estima-se a necessidade de um posto de trabalho, de Topógrafo, para a elaboração de relatórios mensais referente ao acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubagem, notas de serviço etc.).

5.11.5.1. Estima-se que o profissional designado pela CONTRATADA atuará diariamente por meio período para a realização das atividades designadas durante os 2 (dois) primeiros meses da obra.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
------	-----------	-------------------	------------

4	Serviços topográficos – Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.)	Relatório/Mês	1,000
4.1	Topógrafo com encargos complementares	H	80,000

5.11.6. Para o dimensionamento do Item 06 (Controle Tecnológico de Concreto c/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão), considerou-se a quantidade de concretagem estimada nos projetos executivos necessária para a construção da nova sede da DPF/OPE/AP e as normas técnicas em vigor.

5.11.6.1. Estima-se que seja necessário o rompimento de 1236 corpos de prova durante a construção.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
6	Controle Tecnológico de Concreto c/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão	Relatório/Mês	1,000
6.1	Trabalho profissional	UT	2,3667
6.2	Resistência à compressão	UN	1,000

5.11.7. Para o dimensionamento do Item 07 (Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP) estimou-se uma quantidade de aproximadamente 2 deslocamentos mensais.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.12. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];

5.13.1. Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas pela CONTRATADA, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

5.13.2. Entrega de relatório final de assessoramento e subsídio à fiscalização pela CONTRATADA, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório;

5.13.3. Expedição de Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, decorridos 10 dias da emissão do Termo Provisório, sem prejuízo do disposto no Código Civil, desde que atendidas exigências a serem especificadas no contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

- 6.6. *A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.*
- 6.7. ~~*A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período*~~
- 6.8. *A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.*

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.9.1. O acompanhamento da execução dos serviços será realizado presencialmente e também por meio de correspondência eletrônica e telefônica, referentes a coordenação e condução dos trabalhos, bem como possíveis definições sobre impasses da execução dos serviços. Destaca-se que poderão ser convocadas reuniões para atender a demandas administrativas, de projeto ou de cumprimento de prazo.
- 6.9.2. Em todas as reuniões, a fiscalização da CONTRATADA irá expedir, ao seu final, para todos os envolvidos, ata relatando os assuntos tratados e as decisões tomadas, a ser lida, acordada e assinada pelos presentes.
- 6.9.3. A condução do desenvolvimento dos serviços deverá ser supervisionada pelo Engenheiro indicado como Coordenador dos serviços da CONTRATADA, de modo a promover e facilitar as consultas e o fluxo de informações entre a equipe de apoio e solucionar as interferências entre os elementos dos diversos serviços que serão realizados durante a obra de construção da nova DPF/OPE/AP.
- 6.9.4. Para a medição dos serviços, deve a CONTRATADA comunicar, por via eletrônica (correio eletrônico), a conclusão da etapa com os respectivos itens para que sejam realizadas a reunião preliminar, se necessária, a análise e a entrega. A data da comunicação deve observar os prazos determinados no Cronograma de execução, para evitar atrasos e aplicação de sanções, quando couber.
- 6.9.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.9.6. É obrigação da CONTRATADA corrigir todas as falhas na execução dos serviços independentemente de comunicação e/ou ajuste no pagamento.
- 6.9.7. Caso sejam detectadas irregularidades pelo Fiscal do Contrato ou pela Administração, será dado ciência imediatamente ao Preposto da CONTRATADA por meio de comunicação via e-mail, para que sejam sanadas.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.19. Caso a Fiscalização Administrativa do Contrato encontre incongruências com os serviços apontados e/ou com os previstos no Cronograma de Execução dos Serviços, serão relacionadas e comunicadas à CONTRATADA, que terá cinco dias úteis para saná-las ou justificá-las, sob pena de incorrer penalidades contratuais.

Gestor do Contrato

- 6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico,

administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VI - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (34562131).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. *O recebimento formal dos relatórios, planilhas de boletim de medição e com memória de cálculo das medições, previstos no resumo de orçamento proposto pela DEA, emitidos pela CONTRATADA;*

7.3.2. *A conferência e a aprovação pela fiscalização dos documentos apresentados pela CONTRATADA;*

7.4. *A liberação dos pagamentos relativos a presente CONTRATADA está rigorosamente atrelada ao cumprimento do cronograma da Obra de Construção da nova sede da DPF/OPE/AP.*

7.5. *Caso ocorra a paralisação total da obra, poderá haver diminuição ou supressão da remuneração da CONTRATADA. Caso a referida obra seja paralisada, por qualquer motivo, não sendo executado seu cronograma, não haverá etapas do cronograma físico-financeiro a serem cumpridas. Dessa forma, as liberações dos pagamentos no presente contrato poderão ser suspensas, para que os dois contratos sejam executados simultaneamente. Assim, não faltará recurso para cobrir o presente contrato e nem haverá pagamento do fiscal sem executar seu trabalho de fiscalização.*

Do recebimento

7.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da

procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais

pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.14. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,

apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo \(IPCA\)](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.30. ~~A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

7.31. ~~O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato ou seja prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

7.32. ~~Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

7.32.1. ~~R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

7.32.2. ~~(...)~~

7.33. ~~Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

7.33.1. ~~No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

7.33.2. ~~O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

- 7.34. ~~A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~
- 7.35. ~~O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~
- 7.36. ~~A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~
- 7.37. ~~O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~
- 7.37.1. ~~comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~
- 7.37.2. ~~prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de ...%.~~
- 7.38. ~~O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de crédito

- 7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.39.1. ~~As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.~~
- 7.40. A eficácia da cessão de crédito ~~não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020~~, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).
- 7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO.
- 8.2. A modalidade foi escolhida conforme explicitado em tópico respectivo no Estudo Técnico Preliminar, anexado a este Termo de Referência.
- 8.2.1. A empresa vencedora deste certame não poderá ser a responsável pela construção da

Regime de execução

8.3. O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 46 da Lei nº 14.133, de 2021, de forma que é possível a definição de quantidades mensuráveis por meio de unidades de medida, cujo valor total do contrato será resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

8.4. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, valendo-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Critérios de Julgamento das Propostas

8.5. A seleção terá como base a apresentação de proposta técnica e proposta de preço, as quais receberão notas técnica (NTc) e de preço (NPr), respectivamente. A Nota Final (NF) da licitante será a média ponderada dos dois valores anteriormente referidos, sendo que a Nota Técnica (NTc) terá peso de 70% (setenta por cento) e a Nota de Preço (NPr) peso de 30% (trinta por cento).

8.6. PROPOSTA TÉCNICA

Será atribuída a cada proposta uma “Nota Técnica” (NTc), limitada a 100 (cem) pontos, a qual será obtida por meio da fórmula abaixo com base nos seguintes critérios: Experiência Específica da Empresa e Equipe Técnica.

$$NTc = NTc1 + NTc2$$

A composição da Nota Técnica e a distribuição de notas de seus itens constituintes é apresentada no quadro abaixo.

Item	Conteúdo	Nota Máxima
NTc1	Experiência Específica da Empresa	40
NTc2	Equipe Técnica	60
TOTAL		100

A nota técnica final (NTf) é limitada a 100 (cem) pontos e será obtida por meio de fórmula descrita no Anexo XV - Critérios de Julgamento das Propostas (35600870).

8.7. PROPOSTA DE PREÇO

As propostas de preços serão avaliadas pelo seu preço global, conforme critério exposto a seguir

A Nota de Preço (NPr) será calculada da seguinte forma:

- À proposta válida com menor preço será atribuída a Nota de Preço (NPr) máxima de 100 (cem);

- Para as demais propostas será utilizada a seguinte fórmula:

$$NPr = (mPr / PR) \times 100$$

Onde:

- NPr = Nota de Preço

- mPr = Proposta com Menor Preço entre as Propostas Válidas

- PR = Preço da Proposta em Análise

8.8. Ao fim do cômputo da pontuação, as propostas serão classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF). O detalhamento do critério de julgamento, com as respectivas notas e da forma de seleção encontra-se pormenorizado no Anexo XV - Critérios de Julgamento das Propostas deste Termo de

Referência.

8.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á pelos critérios estabelecidos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.10. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

8.10.1. *O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);*

8.11. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*

8.11.1. *valor global: conforme valor estimado da licitação*

8.11.2. *custos unitários relevantes: conforme Planilha de Custos elaborada pela CONTRATANTE, anexa a este documento.*

Exigências de habilitação

8.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.13. ~~**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;~~

8.14. ~~**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;~~

8.15. ~~**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;~~

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de **engenharia**, expedido por **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº **Lei nº 5.194, de 24 de**

[dezembro de 1966](#)

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. ~~O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.~~

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.32. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.34. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.36. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.37. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação**.

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art.

65, §1º).

8.40. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.41. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.41.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação*

8.42. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

8.43. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

8.44. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas, em plena validade, no qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com objeto desta licitação e a relação dos seus responsáveis técnicos.

8.45. Comprovação, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço compatível em quantidades, prazos e características similares em número de postos equivalentes ao do presente certame:

8.45.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.45.1.1. Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção civil de edificação de múltiplos pavimentos com área construída mínima de 1300 m²;

8.45.1.2. Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos.

8.45.2. Os percentuais exigidos nos itens anteriores, serviços de maior relevância técnica, estão amparados nos acórdãos nº 170/2007, nº 2.383/2007 e nº 2.462/2007;

8.45.3. Os serviços deverão ser similares ou equivalentes para serem aceitos nos atestados de comprovações.

8.45.4. As áreas mínimas exigidas foram extraídas do projeto executivo aprovado para a construção da nova sede da DPF/OPE/AP.

8.45.5. Só serão aceitos atestados acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT's expedidas pelo CREA da região onde os serviços foram executados em nome do profissional responsável técnico pelo serviço.

8.45.6. Não será admitido somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional exigida.

8.45.6.1. A exigência do item anterior justifica-se pelo fato de que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacite a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores, a exemplo desta licitação cujo objeto é a execução de uma edificação com grandes dimensões, além de outras com dimensões menores;

8.45.6.2. Não será admitido o cômputo como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional, haja vista a necessidade de se avaliar a infraestrutura empresarial e a gestão da CONTRATADA para executar uma obra complexa e de grande vulto. Além disso, avalia-se a aptidão da empresa para incorporar mais uma

obra ao seu leque de compromissos já assumidos;

8.45.6.3. Embora a vedação ao somatório possa restringir a participação de empresas, a medida se configura como estritamente necessária pelos motivos retromencionados, com vistas a assegurar a perfeita conclusão da obra e a reduzir os riscos da Administração pública;

8.45.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.45.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.45.9. A fim de comprovar os requisitos exigidos anteriormente, a licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o(s) respectivo(s) atestado(s) (declaração), Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Projetos, Planilhas Orçamentárias, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes, os quais também poderão ser requeridos por meio de diligência.

8.45.10. A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, projetos e planilhas orçamentárias que deram suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, documentos da obra, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

Qualificação Técnico-Profissional

8.46. Será exigida a apresentação de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA, em nome do(s) profissional (is) de nível superior legalmente habilitado(s), em nome dos membros integrantes da equipe técnica, que comprove a responsabilidade técnica e a experiência na execução de serviços, com características compatíveis ao objeto desta licitação, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

8.46.1. *Para o Engenheiro Civil: Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de obra de construção de edificações de múltiplos pavimentos, com área mínima de 1300 m² ;*

8.46.2. *Para o Engenheiro Eletricista: Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos, com área mínima de 1300 m².*

8.46.3. *Para o Topógrafo: Fiscalização de serviços topográficos de verificação de locação da obra e acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.).*

8.47. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.48. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, ressalvadas as hipóteses nas quais é permitida subcontratação, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

8.48.1. o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

8.48.2. o administrador ou o diretor;

8.48.3. o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e

8.48.4. o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.48.5. Caso a empresa licitante não tenha os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica em seu quadro permanente na data prevista para entrega da proposta, admite-se que o vínculo seja

comprovado mediante declaração de disponibilidade/contratação futura do profissional, conforme Acórdão n. 2607/2011-Plenário.

8.49. *Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento dos serviços elencados no tópico 4.5, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no respectivo tópico.*

8.50. ~~Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

8.50.1. ~~[...];~~

8.51. ~~Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.~~

8.51.1. ~~O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

8.52. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.53. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.54. ~~Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:~~

8.54.1. ~~A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;~~

8.54.2. ~~A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSGI, para cada um dos cooperados indicados;~~

8.54.3. ~~A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

8.54.4. ~~O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;~~

8.54.5. ~~A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;~~

8.54.6. ~~Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e~~

8.54.7. ~~A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador~~

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.321.723,91 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos), conforme custos unitários apostos no [Anexo V - Planilhas Orçamentárias \(34562129\)](#)

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço de acordo com as condições avençadas e conforme cronograma físico-financeiro;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações e documentação técnica necessárias para a execução dos serviços objeto do contrato;

11.8. Proporcionar condições e assegurar um ambiente de trabalho adequado para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, Edital e Anexos e especialmente deste Termo de Referência.

- 11.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 11.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 12.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.11. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando aplicável.
- 12.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 12.24. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.26. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 12.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.29. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 12.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 12.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 12.32. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.32.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.32.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.
- 12.34. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e nº 12.378/2010).
- 12.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.36. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 12.37. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, referentes ao objeto do contrato.
- 12.38. Prestar assessoramento técnico durante a execução do projeto entregue, isto é, da obra, especialmente em relação a cada termo aditivo de supressão ou acréscimo contratual, por questões relacionadas a erro de projeto.
- 12.39. Participar das reuniões marcadas pela Fiscalização, com equipe completa de responsáveis técnicos ou substituto previamente autorizado pela fiscalização.
- 12.40. Manter presente em obra durante o horário de expediente previamente acertado com a CONTRATANTE os responsáveis técnicos necessários ao bom andamento da execução do objeto deste Termo de Referência.

13. ANEXOS

- 13.1. Anexo I - Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (34605725)
- 13.2. Anexo II - Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (34562126)
- 13.3. Anexo III - Modelo de Relatório (34562127)
- 13.4. Anexo IV - Modelos de Declarações (34562128)
- 13.5. Anexo V - Planilhas Orçamentárias (34562129)
- 13.6. Anexo VI - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (34562131)
- 13.7. Anexo VII - Cronograma Físico-Financeiro (34562134)
- 13.8. Anexo VIII - Curva ABC de Insumos (34562135)
- 13.9. Anexo IX - Curva ABC de Serviços (34562136)
- 13.10. Anexo X - Planilha de Composições do BDI (34562137)
- 13.11. Anexo XI - Critérios de Sustentab. Ambiental e Declaração (34562138)

- 13.12. Anexo XII - Declaração de Utilização de Modelos da AGU (34562141)
- 13.13. Anexo XIII - Planilha Orçamentária Resumida (34562144)
- 13.14. Anexo XIV - ART (34605730)
- 13.15. Anexo XV - Critérios de Julgamento das Propostas (35600870)
- 13.16. Anexo XVI - Encargos Sociais (35636836)
- 13.17. Anexo - Termo de Seção/Entrega do terreno (35602208)
- 13.18. Anexo - Identificação do imóvel SPU (35849185)

Macapá/AP, na data das assinaturas eletrônicas.



Documento assinado eletronicamente por **VITOR MORAES SOARES, Superintendente Regional**, em 10/07/2024, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO VICTOR MELO COUTINHO, Agente de Polícia Federal**, em 10/07/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34558779&crc=CF90F59E.
Código verificador: **34558779** e Código CRC: **CF90F59E**.